

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 08270.018047/2022-75

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação busca suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância.

2.2. A contratação de empresa na prestação de serviços de vigilância armada são considerados essenciais à segurança patrimonial no âmbito da Polícia Federal no Ceará (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE);

2.3. O contrato atualmente vigente na SR/PF/CE completa o seu prazo máximo de vigência em 02/02/2023, conforme limite estabelecido pela Lei 8.666/93.

2.4. A contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços demandados se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação destes serviços nas dependências do edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará em Fortaleza/CE e na Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE.

2.5. Visa manter os ambientes de trabalho permanentemente seguro proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança, além do controle de acesso, em caráter permanente.

2.6. Importante ressaltar que o órgão não dispõe de categoria funcional cuja atribuição coincida com o objeto a ser contratado. Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a contratação de empresa especializada de vigilância armada diurna e noturna que, por sua vez, encontra amparo legal do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e na Instrução Normativa nº 05, de 26 de Maio de 2017/SEGES/MPDG e suas atualizações.

2.7. O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros. Os materiais de consumo a serem utilizados nos serviços serão fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos materiais e financeiros empregados, uma vez que a contratada será a maior interessada em racionalizar tais recursos.

2.8. Paralelamente, uma fiscalização mais rigorosa, consoante o disposto nos artigos 39 e 48 da referida Instrução Normativa, permitirá melhor avaliar os resultados alcançados, podendo-se exigir que a empresa aloque mais recursos (humanos e materiais) ou os diminua, conforme a necessidade efetiva do órgão; com isto, abre-se a possibilidade de que o custo da contratação seja reduzido, gerando economia para o órgão.

2.9. Ainda no que concerne ao atendimento do interesse público, revela-se economicamente viável a referida terceirização de acordo com os Princípios da Predominância do Interesse e da Conformidade Funcional (também denominado justeza), pois as atribuições da Polícia Federal, retiradas do Texto Constitucional e demais normas legais, não abrangem a segurança de edificações. Desse modo, não é conveniente a realização de concurso público para a contratação de servidores públicos cuja atuação seriam estranhas à natureza do órgão.

2.10. O Decreto nº 9.507/18 e a Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG estabelecem que podem ser contratados pela Administração Pública os serviços de terceiros que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão. Na relação dessas atividades se encontra a prestação de serviços continuados de Vigilância Armada.

2.11. Vencidas as justificativas sobre a conveniência e oportunidade da terceirização do referido serviço, é relevante enfrentar a questão relativa ao dimensionamento do efetivo a ser contratado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

DELESP/DREX/SR/PF/CE
UMIG/NPA/DPF/JNE/CE

Paulo Cirio Araujo Mourao
Regina Cláudia dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação de empresa para a prestação do serviço, que deverá dispor em seu quadro empregados qualificados para o desempenho das atribuições de vigilante.

4.2. A Contratada deverá disponibilizar dentro das especificações e prazos estabelecidos pela Administração, todos os equipamentos e materiais que se mostrem indispensáveis ao fiel cumprimento da execução contratual.

4.3. A Contratada está ciente da possibilidade de prorrogação da avença contratual, mediante o seu consentimento expresso, por iniciativa da Administração e desde que mantidas as condições de vantagem da proposta, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.4. O enquadramento da categorias profissional (VIGILANTE) que será empregada no serviço é o de número 5173-30 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e que atenda todas as solicitações da Portaria 387/2006 DG/PF e alterações, em especial seu artigo 109.

4.5. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.6. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato.

4.7. As empresas licitantes contratadas estarão sujeitos às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 10.024/2019, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

4.8. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços.

4.9. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

4.10. A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no presente objeto, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

4.12. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

4.13. Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da CONTRATANTE, onde será atribuída pontuação de 0 a 10 para cada fator avaliado, cujo resultado da avaliação será obtido pela média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 7 a 10 pontos; REGULAR para o resultado de 4 a 6 pontos; RUIM para o resultado de 1 a 3 pontos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que a atividade que se visa contratar é de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.2. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.3. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Em observância ao disposto na Instrução Normativa/SEGES/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020 e suas alterações, serão utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

5.3.1. pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

5.4. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constará no mapa comparativo de preços.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação pretendida alinha à política que o Governo Federal vem implantado na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

6.2. A contratação da execução, indireta, das atividades de vigilância, objeto desta demanda, tem suporte no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O dimensionamento do quantitativo, levou-se em conta a quantidade praticada no presente contrato conforme Planilha de Histórico de Consumo (25979894), no ponto que versa sobre o panorama atual do serviço prestado. A quantidade de ocorrências durante a vigência do contrato e considerando o mínimo necessário a uma boa e segura prestação do serviço.

7.2 Considerando o consumo dos últimos 5 anos, haverá um acréscimo de 1 posto de vigilância para ser executado no turno diurno na SR/PF/CE (Fortaleza/CE) visando atender a ocupação de um imóvel da União localizado na Avenida Padre Antônio Tomas em Fortaleza/CE que foi cedido para a Superintendência de Polícia Federal no Ceará para ocupação e uso da Força-Tarefa de Segurança Pública, relacionadas à Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, Armas, Crimes Contra o Patrimônio e Facções Criminosas, da DICOR/PF;

7.2. A quantidade de postos, o período de prestação de serviço e o adicional de insalubridade respeitou a particularidade, arquitetura, localização, o valor dos equipamentos a serem resguardados e quantidade de circulação de pessoas de cada edificação da PF onde serão prestados o serviço:

7.2.1. Quantidade de 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo e feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas/Local de execução: SR/PF/CE (Fortaleza/CE);

7.2.2. Quantidade de 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo e feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em cada posto, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas/Local de execução: SR/PF/CE (Fortaleza/CE);

7.2.3. Quantidade de 01 (um) Posto de Vigilância Armada: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo e feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas/Local de execução: PF/JNE/CE (Juazeiro do Norte/CE);

7.2.4 Quantidade de 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo e feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em cada posto, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas/Local de execução: PF/JNE/CE (Juazeiro do Norte/CE).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 991.589,64

R\$ 991.589,64 (novecentos e noventa e um mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

9.1.1. O parcelamento tornaria a parte do contrato que se refere aos serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, podendo ocasionar a sua não contratação;

9.1.2. Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;

9.2. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia:

9.2.1 Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

9.2.2 De recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e

9.2.3 De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

9.3. Não haverá qualquer prejuízo para os licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

9.4. Nesse sentido, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:

9.4.1. A despeito de ser viável tecnicamente, o parcelamento não é viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, pois cria a possibilidade de que a Polícia Federal fique sem os serviços;

9.4.2. Não foi possível formar convicção de que haverá ganho de escala com a contratação em grupo único, mas existe convicção de que haverá perda com o parcelamento, pois o valor da parcela referente à cada unidade descentralizada da Polícia Federal seria muito pequeno e pouco atraente para o mercado;

9.4.3. Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação exclusiva para os serviços a serem prestados em cada unidade da Polícia Federal.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, com aprovação atualizada pela Portaria nº. 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.1.1. Pessoal motivado;

11.1.2. Apoio logístico efetivo;

11.1.3. Credibilidade mantida.

11.2. Dentre os objetivos institucionais fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário/cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação do serviço de contínuo de vigilância armada diurna e noturna.

11.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no artigo 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

11.4 A presente contratação está incluída no Plano Anual de Contratações do Órgão especificamente nos itens 62, 65, 66 e 69 do PAC 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como já foi explicitado neste Estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/CE e de suas unidades descentralizadas por meio de atividades de apoio que viabilizam a concentração da força laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do Órgão.

12.2. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos na Polícia Federal para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

12.3. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequação do ambiente físico será necessário disponibilizar, no mínimo, vestiários com armários, local para guarda de materiais, local para refeição, acesso a sanitários.

13.2. A adequação do ambiente físico deve ser providenciada e estar concluída antes da data de início da execução do contrato, sendo de responsabilidade da área de logística.

13.3. Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços de vigilância.

13.4. Nessa seara, é importante salientar que: entre o início do contrato anterior e o atual planejamento de nova contratação houve modificação normativa sobre elaboração de documentos para contratação com o Poder Público – quais sejam: IN 05 de 25 de maio de 2017 do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, e Portaria nº 804 de 13 de novembro de 2018 do Ministério da Justiça.

13.5. O primeiro normativo, a grosso modo, trata das etapas necessárias e composição documental para o processo de contratação; o segundo, dispõe sobre a coleta de preços e metodologias para se avaliar as melhores alternativas de preços, bem como descartar preços e práticas não vantajosas para a Administração e/ou fora do mercado.

13.6. A equipe de planejamento aproveita para informar que não houve a capacitação em qualquer das normas, para o melhor desempenho junto ao processo de contratação e fiscalização. E neste momento, atua fora das atribuições do setor, e estritamente no interesse da Administração; porém, sem a competência requerida ao caso.

13.7. A avaliação deve(ria) ser realizada antes da etapa de planejamento da contratação, sendo de responsabilidade da área de logística/contratos, a qual deve submeter suas conclusões à Autoridade Competente, com sugestões das capacitações a serem realizadas, e preferencialmente dentro de setor institucional imbuído na gestão das contratações do órgão, a fim de descaracterizar qualquer sorte de questionamentos referentes a desvios de função dentro da instituição Polícia Federal.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.

16. Responsáveis

REGINA CLAUDIA DOS SANTOS

Agente de Polícia Federal

PAULO CIRIO ARAUJO MOURAO

Agente Administrativo